

al. mar. az

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL
ISSN 2182-7265 [semestral]

online

#26 (tomo 1) Jan. 2023

QUINTA DO ALMARAZ (ALMADA)

um projecto de
investigação
científica

Para um debate sobre
a Arqueologia marítima
em Portugal

Uma nova visão do
Castelo da Crespa (Serpa)

Os barcos
saleiros de Aveiro e
da Figueira da Foz



CAA

Centro de Arqueologia de Almada



Capa | Luís Barros e Jorge Raposo

Pormenor de compartimento com piso em argila identificado no Sítio Arqueológico da Quinta do Almaraz, em Almada, no âmbito de projecto de investigação iniciado em 2020, que retoma o estudo deste importante povoado da Idade do Ferro.

Foto | © Ana Olaio, Telmo António, Jorge Almeida e João Santos

al-madan
online

2.ª Série, N.º 26, Tomo 1, Janeiro 2023

Proprietário e editor |

Centro de Arqueologia de Almada,
Apartado 603 EC Pragal,
2801-601 Almada Portugal

NIPC | 501 073 566

Sede do editor e da redacção |

Travessa Luís Teotónio Pereira,
Cova da Piedade, 2805-187 Almada

Telefone | 212 766 975

E-mail | c.arqueo.alm@gmail.com

Internet | www.almadan.publ.pt

ISSN | 2182-7265

Estatuto editorial |

www.almadan.publ.pt

Distribuição |

http://issuu.com/almadan

Periodicidade | Semestral

Apoio | Câmara Municipal de Almada /
Associação dos Arqueólogos Portugueses /
Arqueohoje - Conservação e Restauro
do Património Monumental, Ld.ª /
Dryas - Octopétala, Ld.ª / Câmara
Municipal de Oeiras / Neoépica, Ld.ª

Director |

Jorge Raposo

(director.almadan@gmail.com)

Publicidade | Centro de Arqueologia
de Almada (c.arqueo.alm@gmail.com)

Conselho científico |

Amílcar Guerra, António Nabais,
Luís Raposo, Carlos Marques da Silva
e Carlos Tavares da Silva

Resumos | Autores e Jorge Raposo
(português), Luísa Pinho (inglês)
e Maria Isabel dos Santos
(francês)

Modelo gráfico, tratamento de imagem e paginação electrónica |

Jorge Raposo

Revisão | Autores e
Fernanda Lourenço

Colaboram neste tomo |

Jorge Almeida, Rubim Almeida, Telmo
António, José Bettencourt, Patrícia
Brum, Daniel Van Calker, Francisco
Curate, Cátia Delicado, Diogo Teixeira
Dias, Rita Dias, José d'Encarnação,
Lídia Fernandes, João Fonte, Jorge
Freire, Vanessa Gaspar, Gerardo Vidal
Gonçalves, Carolina Grilo, Rafael
Jaime Henriques, Raquel Henriques,
João Hipólito, Paulo Lemos, Maria
João Marques, María Martín-Seijo,
Vanessa Navarrete, António Neves,
Manuel Nunes, Ana Olaio, José Pedro,

Dina Borges Pereira, Franklin Pereira,
Júlio Manuel Pereira, Tiago do Pereira,
Natália Quitério, Luís Rendeiro, Rui
Ribolhos, Augusto Salgado, João
Santos, Luís Seabra, Luís Gonçalves
Seco, Miguel Serra, João Pedro Tereso,
André Texugo e Marco Valente

Os conteúdos editoriais da *Al-Madan Online*
não seguem o Acordo Ortográfico de 1990.
No entanto, a revista respeita a vontade
dos autores, incluindo nas suas páginas tanto
artigos que partilham a opção do editor
como aqueles que aplicam o dito Acordo.

A investigação arqueológica e antropológica que tem vindo a incidir sobre sítios e contextos do núcleo urbano da cidade de Almada ocupa um espaço de destaque neste tomo da *Al-Madan Online*. Aí se inclui a partilha dos resultados iniciais do projecto científico que encerrou um hiato de quase 20 anos e, desde 2020, retomou os trabalhos na Quinta do Almaraz, um dos grandes povoados da Idade do Ferro conhecidos na região. Caracterizar a ocupação do sítio ao longo do 1.º milénio a.C. é o objectivo central deste projecto, recorrendo para tal à prospecção geofísica e a novas escavações arqueológicas, sem esquecer a sistematização dos dados das campanhas das décadas de 1980-1990. Esta última preocupação é evidenciada num segundo artigo, que divulga o estudo do espólio osteológico humano recolhido entre 1986 e 2001 no fosso que delimitava o povoado pelo lado Sul. Foi possível não só quantificá-lo e descrevê-lo em termos físicos e patológicos, mas também equacionar questões relacionadas com as suas condições de depósito, ou a hipótese da eventual integração num espaço de necrópole, com a consequente atenção às práticas funerárias que poderão ter sido praticadas pelas comunidades locais. Mas o núcleo urbano antigo de Almada é ainda objecto de outro texto, que resulta do acompanhamento de obra de remodelação de imóvel situado no Pátio dos Rolins. A intervenção arqueológica revelou um novo conjunto de silos de cronologia medieval-moderna, que acresce a outros já conhecidos na zona, o mais impressionante dos quais preservado no Núcleo Medieval-Moderno da Rua da Judiaria, que recente acção de *marketing* rebaptizou de “Museu de Almada - Covas de Pão”. Reabriu totalmente remodelado em 2022 e merece uma visita.

No conjunto, é uma dinâmica de investigação e divulgação que satisfaz cidadãos e agentes do movimento associativo almadense. Esperamos que seja continuada, nomeadamente através da rápida publicitação dos resultados da recente intervenção na fábrica de salga de Cacilhas, de época romana, quer ao nível dos trabalhos arqueológicos, quer do muito discutível “programa de valorização” cuja obra que ainda decorre. Mudando de temática, as páginas desta *Al-Madan Online* dão também sequência ao debate sobre a situação da Arqueologia subaquática em Portugal, com o contraditório de artigo publicado no tomo anterior, em Julho de 2022. É um contributo importante para o diálogo construtivo e sereno que visa melhorar estratégias e práticas na identificação, preservação e gestão de bens culturais em meio aquático ou húmido.

Para além do já destacado, os leitores certamente encontrarão adiante outros motivos de interesse e boa leitura. Como sempre, votos de que esta seja prazerosa e possa decorrer com saúde e em segurança.

Jorge Raposo, 25 de Janeiro de 2023

A chatice das referências bibliográficas

José d'Encarnação [Catedrático de História, aposentado, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra].

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Redigir um artigo, vá que não vá. Uma pessoa tem ideia do que vai escrever, habitualmente são temas sobre que desenvolveu investigação e chegou a conclusões. Procurará escrever numa linguagem escorregada, fácil de entender pelos leitores a que se destina, sem recurso a frases pomposas apenas destinadas a alardear erudição. Refiro-me, claro, a artigos de índole científica, quer os de divulgação pelo chamado 'grande público' quer mesmo os destinados aos pares.

Como sói dizer-se, a gente amanha-se!

O busílis está no final, quando é preciso ler tudo de novo, de fio a pavio, a fim de se moldar (eu apetecia-me escrever 'amochar'...) às regras da revista à qual o artigo se destina. Sim, tem de ser, porque a revista está inscrita numa série de plataformas internacionais que lhe dão credibilidade e não pode ser doutra forma, tem de ser!

Uma ova!

E, já agora, a talhe de foice, explique-se o que é isso de busílis, a tal "dificuldade principal para resolver um assunto". Era uma vez um aluno que perguntou ao professor o que era 'busillis'. Estava a fazer uma tradução do latim para o português e no começo duma linha estava *bus illis* e ele nem reparou que havia espaço no meio. Muito simples: o *bus* era a terminação do ablativo plural da palavra anterior – *diebus*, por exemplo – e *illis* o ablativo plural do adjectivo determinativo *ille*; portanto, *diebus illis*, "naqueles dias". Um dia, esse, de matar a cabeça – como nós, míseros autores, a matamos ao fazer citações e, sobretudo, a prantar, no final, a bibliografia consultada.

Voltemos um pouco atrás.

Cientes de que era diminuto o número de separatas que outrora lhes era oferecido, os autores começaram a aproveitar a disponibilidade da Academia.edu, mas também os repositórios das respectivas universidades e outras plataformas digitais, para divulgarem os seus trabalhos, mesmo que datados de há um ror de anos. Um bom serviço para a Ciência, porque – recorde-se! – o interesse maior do autor é que o seu texto seja lido.

Parte-se do princípio de que todos os autores dispõem dessa possibilidade. Além disso, no caso da Península Ibérica, há plataformas – como a preciosa Dialnet, mui válida iniciativa que nasceu na Universidade da Rioja [<https://dialnet.unirioja.es>] – que, de uma penada, pontualmente nos explicam tintim por tintim o que se publica e onde, disponibilizando de imediato tudo o que há susceptível de se disponibilizar. Ou seja, só não se disponibiliza o texto na íntegra quando o editor – usando do direito que lhe assiste – deseja obter proventos passíveis de virem a reembolsar alguns dos gastos feitos, com vista, inclusive, a investir em futuras edições, e o embarga definitivamente ou por um período de tempo, solicitando aos autores que o não divulguem *urbi et orbi*.

De qualquer modo, raro será o caso em que, pondo num motor de busca, como o *Google*, o título de um artigo ou até apenas duas ou três palavras seguidas, se não aceda quase instantaneamente a toda a informação digital sobre ele: a identificação completa do artigo ou do livro, com editora, ISBN, ISSN e tudo o mais! Rejubilamos.

Investigas e escreves para que se divulguem e aproveitem os resultados por ti obtidos, pois que a Ciência, qualquer ciência, está sempre em progressão e todos os contributos são bem-vindos com vista ao estabelecimento de dados ou à mais adequada reconstrução de um acontecimento.

Vêm estas considerações a propósito do referido grande quebra-cabeças dos investigadores. Sim, refiro-me aos que regularmente procuram dar conta por escrito dos resultados das suas pesquisas.

Para já, o primeiro quebra-cabeças é a escolha do local de publicação. Que, hoje, se queres ser conceituado e considerado, não interessa tanto a novidade do que escreves, o ineditismo da tua descoberta, a oportunidade da tua reflexão, o que interessa é se isso é dado a conhecer não num congresso ou reunião científica (aí não tem interesse nenhum!), mas numa revista que conste do maior número de plataformas inventadas por uns senhores que

“Redigir um artigo, vá que não vá. Uma pessoa tem ideia do que vai escrever. O busílis está no final, quando é preciso moldar tudo às regras da revista à qual o artigo se destina. Tem de ser e não pode ser doutra forma. Uma ova!”



© JOSÉ LUÍS MADEIRA, 2022

Ilustração: José Luís Madeira, 2022.

não são cientistas nem investigadores, mas economistas. Não tem *referees* a revista? Tramado estás, amigo! Não consta da *Web of Science* (*Emerging Sources Citation Index*)? Esquece! O que demoraste largos meses a investigar e agora escreveste vale... zero para os senhores jurados contratados pelas agências de avaliação.

Competirá, pois, aos investigadores no activo, carentes de currículo para progredirem na carreira, revoltarem-se contra o *status quo* – o estado a que isto chegou... – partirem a loiça e dizerem que o sistema, assim, não leva a sítio nenhum.

Eu estou, graças a Deus, no rol dos que já não carecem de currículo e que escreve – muito eu escrevo, santo Deus!... – em tudo o que é sítio, menos nas paredes, que, essas, deixo-as ao Vhils, que as bem sabe usar! O que me aborrece são as regras! As regras para as referências bibliográficas no decorrer da escrita e na identificação bibliográfica no final do artigo. Precisamos de pôr dois pontos; não, é com itálico e sem vírgula; sim, pões pp. quando é mais do que uma página; não, põe apenas um p. mesmo nesse caso de várias páginas; não, não pões nem p. nem pp., só os números das páginas que o pessoal percebe logo o que é; não, pões travessão, não hífen; sim, usas vírgulas altas e não aspas; não, o título do artigo é em redondo, reserva o itálico para o nome da revista; sim, no título dum livro todas as palavras (menos as invariáveis) devem ser grafadas com inicial maiúscula; não...

Enfim, rol infundável de normas, cada qual a mais díspar. E para que é que os senhores editores nos hão-de estar a chatear por isto e por aquilo? Quando não são os senhores *referees* (como eu gosto desta palavra!...) que teimam em achar a mosca na cabeça do careca! E apontam a mosca e acham que, por isso, o artigo não merece publicação!

Entendamo-nos, Amigos, duma vez por todas! O que interessa mesmo – na minha opinião, claro! – é que o autor siga sempre a mesma regra, do princípio até ao fim. Com coerência. Isso constitui prova de inteligência, de capacidade de reflexão, de cabeça arrumada. Se essa dos itálicos lhe agrada, pois que os ponha. Se prefere o ponto em vez da vírgula, amanehe-se!... Agora, que de tal se faça cavalo de batalha e que – como já vai sendo infeliz hábito – o autor seja obrigado a suar as estopinhas para pôr itálicos, redondos, vírgulas, pontos no sítio certo, só porque é imprescindível adequar-se às regras estipuladas pelos editores da publicação... poupem-nos!

Há mesmo uma regra oficial portuguesa para citar a bibliografia. Eu vi-a. É a Norma Portuguesa NP 405. Reparei, por exemplo, que nem sempre os mentores dessa norma sabem distinguir o

“Entendamo-nos! O que interessa é que o autor siga sempre a mesma regra. Com coerência. Isso constitui prova de inteligência, de capacidade de reflexão, de cabeça arrumada. Agora, que de tal se faça cavalo de batalha e que o autor seja obrigado a suar as estopinhas para pôr itálicos, redondos, vírgulas, pontos no sítio certo, só porque é imprescindível adequar-se às regras... poupem-nos!”

travessão do hífen; veja-se (e transcrevo): «AUTOR(ES) - Título. Revista. ISSN. vol. Volume, n.º Número (ano), p. Páginas». Tive, até, o despudor de enviar mensagem para o departamento estatal onde a regra fora parida, a mostrar a diferença. Emendaste tu? Eles também não. E, hoje, essa imposição do hífen em vez do travessão continua a vigorar! Haja normas, concordo. Mas para quê tanto pormenor? Primeiro que se descubra se a revista tem, ou não, ISSN, o tempão que a gente gasta!... E quem foi o editor? E onde é que se publica? Senhores: os motores de busca na Internet servem para isso! Não nos obriguem a gastar em minudências o nosso assaz precioso tempo!

José d'Encarnação, Cascais, 21 de Outubro de 2022